

Economia Brasil O poço de Marcílio

O ministro Marcílio Marques Moreira não deve ter ficado surpreso com a resposta do subsecretário do Tesouro dos Estados Unidos, David Mulford, ao seu pedido de apoio do governo norte-americano para a negociação que o governo brasileiro vem mantendo com os credores externos. Nem mesmo quando, ao citar o México como exemplo do tratamento que pleiteia para o Brasil, foi obrigado a ouvir do subsecretário do Tesouro uma dura referência aos calotes que passamos em ocasiões recentes.

O **empurrãozinho** que “seria bom agora” — mencionado por Marcílio — poderá vir somente depois de um acordo com o FMI. Mulford deixou isso bem claro.

A proposta que a equipe de Marcílio vem negociando com os credores em nada se parece com aquela que a economista Zélia Cardoso de Mello e seus assessores tentaram impor aos bancos estrangeiros, mas o êxito da negociação continua a depender, como no tempo da ex-ministra, desse acerto com o Fundo, que representaria um aval à política econômica do governo.

Em Bangcoc, na Tailândia, onde participa da reunião anual do FMI e do Banco Mundial (Bird), o ministro, referindo-se à crise brasileira, voltou a dizer que já chegamos ao “fundo do poço” e que o pior já passou. Se lembrarmos que já faz algum tempo que ele usou a expressão pela primeira vez e desde então o nível de atividades continuou a diminuir e a inflação a subir, devemos concluir que, para o ministro, “fundo do poço” é um conceito dinâmico e que, infelizmente, tem as características das miragens dos que estão morrendo de sede no deserto e vêem o seu poço de água se afastar toda vez que estão se aproximando dele.

O aprofundamento da crise, que já coloca em risco a sobrevivência de um número cada vez maior de empresas, como mostramos ontem, apresenta para o governo dificuldades ainda maiores não só para equilibrar suas contas, visto que a recessão corrói suas receitas, mas também para persistir na sua política monetária, visto que o mercado começa a duvidar dos papéis públicos. Foi o que se viu nos dois primeiros leilões de Bônus do Banco Central realizados neste mês, quando o BC conseguiu vender apenas entre 4% e 5% dos papéis que ofereceu ao mercado. (Ao redigir este editorial não sabíamos do resultado do leilão de ontem.) Não se vislumbra, além disso, perspectivas de que as soluções duradouras da crise brasileira, que implicam profundas reformas no setor público e ampla abertura da economia, sejam adotadas em prazo curto.

Mesmo assim, um acordo com o FMI até o fim do ano não é impossível. A declaração extremamente favorável ao Brasil feita na semana

passada pelo diretor-gerente do Fundo, Michel Camdessus — que elogiou o programa do governo e falou, com otimismo, da possibilidade de fechar um acordo ainda este ano —, justifica a esperança de que a instituição abandone a tradicional ortodoxia com que conduz seu relacionamento com os países associados e aja a partir de um enfoque político.

Isso nunca aconteceu antes, mas já começou a acontecer agora, quando o problema que prendeu prioritariamente a atenção dos participantes da reunião anual do FMI foi o caos econômico da ex-União Soviética, que só pode ter um tipo de tratamento, tanto da parte do Grupo dos 7 quanto do Fundo Monetário Internacional: o tratamento político. É claro que o abandono pela URSS do seu papel de superpotência mundial em permanente desafio à superpotência ocidental e aos seus aliados é uma compensação política que vale qualquer preço em dinheiro.

Não estamos, evidentemente, pretendendo comparar o peso político do Brasil com o peso político de uma União Soviética participando pela primeira vez do convênio anual do sistema capitalista internacional.

Mas a recuperação econômica da América Latina, registrada no relatório do FMI, não poderia se consolidar sem que o processo atingisse a maior economia da área. E essa é uma boa razão política para se esquecer momentaneamente a ortodoxia, que, se fosse mantida, impediria um acordo agora entre o Brasil e o FMI.

O acordo com o FMI só poderia ter como base a reforma tributária de emergência em fase final de elaboração, condicionando-se sua renovação, no final do próximo ano, às reformas mais profundas planejadas pelo governo. De imediato, um acordo desse tipo representaria a liberação de um crédito **stand by**, do próprio FMI, de cerca de US\$ 2 bilhões. Outras consequências práticas viriam. O Banco Mundial voltaria a liberar recursos que vem retendo praticamente desde 1989 e que hoje totalizam US\$ 5 bilhões. Além disso, como observou Mulford, o acordo com o FMI daria novo impulso às negociações com os credores, mesmo porque, com ele, poderia vir o **empurrãozinho** do governo dos EUA, “chorado” pelo ministro Marcílio. Além disso, com ele o Brasil terá removido o principal obstáculo ao retorno dos investimentos estrangeiros ao País.

Para o governo Collor, que vem colecionando derrotas na luta contra a inflação, no combate ao déficit público e no programa de modernização da economia, o acerto no **front** externo representaria uma primeira vitória importante. Para a economia brasileira, a entrada de capitais teria o mesmo efeito que o de um balão de oxigênio sobre um organismo sufocado.